# PARA A HISTÓRIA DO SISTEMA DE SIBILANTES EM PORTUGUÊS. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CRONOLOGIA DA MUDANÇA FONOLÓGICA

Clarinda de AZEVEDO MAIA
Universidade de Coimbra

1. Na vastíssima e polifacetada obra científica de Alonso Zamora Vicente insere-se, no âmbito dos estudos de Dialectologia, um conjunto de artigos sobre a repartição geográfica de alguns fenómenos no galego moderno, cujas áreas actuais colocam ao investigador importantes questões sobre o passado linguístico não só da Galiza, mas também do espaço da língua portuguesa. Entre esses artigos destaca-se um, publicado em 1951, no vol. III da revista *Filología*, «Geografía del seseo gallego».

A comunicação que vou apresentar, tomando como motivo a passagem do consonantismo medieval ao moderno em português, no domínio das sibilantes, procura reflectir sobre algumas dificuldades e problemas teóricos e metodológicos postos pelo estabelecimento da cronologia da mudança fonético-fonológica.

Na contribuição de Bridget Drinka intitulada *The Chronology of Phonological Change* inserida na obra colectiva de que Edgard C. Polomé é coordenador *Research Guide on Language Change,* publicada em 1990 na editora Mouton de Gruyter, afirma-se logo no início o seguinte:

> «Constructing an accurate chronology for linguistic change entails a considerable number of problems. Precise dates are seldom available, except in such rare instances (...)»[1].

Identificaremos alguns problemas — uns decorrentes dos próprios textos, e da sua interpretação, e da dificuldade em combinar as informações textuais directas e indirectas, e outros, provenientes da própria natureza da mudança linguística, entendida como um «processo», com implicações estruturais e sociais, cuja complexidade em fases pretéritas é difícil de captar e reconstituir.

---

1 Bridget Drinka, *The Chronology of Phonological Change.* In: Edgard C. Polomé (Editor), *Research Guide on Language Change,* Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 1990, págs. 107-127. A citação encontra-se na pág. 107.

2. A história do sistema de sibilantes no espaço galego-português foi já anteriormente estudada por vários autores. Quem analisa o que até ao momento se escreveu sobre este aspecto da diacronia da língua no seu plano fónico não pode deixar de interrogar-se sobre alguns aspectos, nomeadamente sobre a cronologia da mudança do sistema medieval de quatro fonemas a um sistema de dois fonemas, pré-dorsais na maior parte do território português, e que acabou por ser aceite na norma.

Deixando de lado o espaço «galego» onde o sistema de sibilantes teve alguns desenvolvimentos que não ocorreram a sul do rio Minho (já anteriormente descritos e, portanto, conhecidos), nomeadamente o ensurdecimento das sibilantes sonoras, fenómeno que teve como consequência a neutralização da oposição entre fonemas surdos e sonoros, fixemo-nos no território que viria a constituir o espaço peninsular da língua portuguesa.

2.1. Quem analisar o texto de reflexão metalinguística de Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa,* publicada em 1536, fica convencido de que o sistema de sibilantes possuía nessa época, quatro unidades distintivas e que eram as seguintes: /s/, /z/ e /ṣ/ e /ẓ/. Efectivamente, quando, no capítulo XIII do seu texto de carácter gramatical se refere ao modo de pronunciar as consoantes do português, faz uma descrição muito clara e precisa de quatro fonemas sibilantes:

> «.c. pronunçiasse dobrãdo a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ çerto lombo no meyo della diante do papo: casi chegando cõ esse lõbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e façes e quebre nas beyços com impeto»;
>
> «O.s. singelo diz Quĩtiliano e letra mimosa e quando a pronũçiamos aleuãtamos a põta da lingua pera o çeo da boca e o espirito assouia pellas ilhargas da lingua»;
>
> «O.ss. dobrado pronũçiasse como o outro pregãdo mais a lingua no çeo da boca»;
>
> «A pronũçiação do.z. zine antros dentes çerrados com a lingua chegada a elles: e os beyços apartados hũ do outro: e e nossa propria esta letra»[2].

Cerca de quatro décadas mais tarde, Duarte Nunes de Leão, Na sua *Orthographia da lingoa portvgvesa,* publicada em Lisboa em 1576, manifesta a opinião de que é necessário prestar grande atenção às palavras que contêm sibilantes, porque são muitos os erros que surgem tanto na escrita como na pronúncia, e apresenta algumas regras para as escrever com correcção. Ao mesmo tempo que faz esta advertência, fornece informações do maior intresse sobre a grande difusão social da confusão de sibilantes, fenómeno que, segundo o tratadista, já não ocorria apenas nos níveis sócio-culturais mais baixos:

> «Qve tenhamos grande tẽto nos vocabulos, em que entra.c.s. &.z. Porque a mais da gente, & não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, & poendo hũas por outras, sem distinção, sendo ellas differentes, & distantes na pronunciação, & natureza, assi o que se pode reduzir a regra he isto: (...)»[3].

2 Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa,* Lisboa, Germam Galhardo, 1536, págs. 17 e 18.

3 Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da lingoa portvgvesa.* Em Lisboa, Per Ioão de Barreira impressor delRei N. S., M.D.LXXVI., pág. 58.

Dirigindo-se ao «discreto & curioso lector», mas tendo em vista «toda pessoa que escreue»[4], Pero de Magalhães de Gândavo, refere, dois anos antes, nas *Regras qve ensinam a maneira de escrever e a orthographia da lingua portuguesa*[5], que é necessário «saber bem guardar a orthographia» e informa que «nesta parte os mais dos Portugueses saõ muy estragados & viciosos, & com innumeraueis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunciação desta nossa linguagem Portuguesa»[6].

E ao concretizar os domínios «em que muitas pessoas se costumão enganar»[7], refere em primeiro lugar as confusões que ocorrem no domínio das sibilantes:

> «As letras que se costumão muitas vezes trocar hũas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, conuem a saber, *c, s, z,* e isto nace de não saberem muitos a differença que ha de hũas ás outras na pronunciação»[8].

Para a perfeição da fixação gráfica levada a cabo pelos escribas constitui uma grande ajuda, segundo palavras do ortógrafo, «algum conhecimento de latim»[9]; e, ao explicar que, quando faltar o conhecimento das correspondências etimológicas, será esclarecedora a atenção prestada à pronúncia, indica alguns pares de palavras cuja distinção se estabelece apenas com base na oposição de fonemas sibilantes: *passos* «que se escreuem com dous *ss*, quando significam os que se dão com os pês, e *paços* quando se entendem pellas casas reaes com.*c.*»; *cozer* «que se escreue com *z*, quando he por cozinhar algũa cousa em fogo, e *coser* com *s* quando he por coser com agulha»; *ceruo* «se escreue com *c*, quando he pelo veado, e *seruo* com *s,* quando se entende pelo escrauo» e «*cella* com *c*, quando se toma pelo aposento do religioso, e *sella* com *s,* quando significa a que se poem no cauallo»[10].

E, ao fazer referência às diferenças de pronúncia das várias sibilantes, fornece uma descrição fonética, de base essencialmente articulatória, entre *c* e *s:*

> «E pera saber como se ha de fazer esta differença, entendam que quando pronunciarem qualquer dição com *c,* hão de fazer força com a lingua nos dentes debaixo de maneira, que fique algum tanto a ponta dobrada pera dentro, e quando for com *s*, porão a lingua mais folgadamente pera cima que fique soando a pronunciação á maneira de de assuuio de cobra, que esta foy a causa porque os Antigos formàram os da feição da cobra, e o *c*, à maneira de meyo circulo que fica dobrado semelhante à lingua quando o pronuncia»[11].

Apoiando-se, essencialmente, nas descrições de Fernão de Oliveira que atrás evocámos e na comparação com outros gramáticos do século XVI, nomeadamente Pero de Magalhães de Gândavo, Paul Teyssier, ao explicar a transformação do consonantismo medieval, no domínio das sibilantes, no consonantismo moderno, supõe ter ocorrido, no lapso de tempo de cerca de

4 Cf. p. 5 da obra citada na nota seguinte.

5 Pêro Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa.* Edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, pág. 5.

6 Cf. Idem, *op. cit.*, pág. 5.

7 Idem, *op. cit.*, pág. 9.

8 Idem, *op. cit.*, pág. 9-10.

9 Idem, *op. cit.*, pág. 13.

10 Idem, *op. cit.*, pág. 12.

11 Idem, *op. cit.*, pág. 13-14.

trinta e oito anos que separa a publicação das duas obras de índole gramatical, a mudança fonético-fonológica que se traduziu na perda de capacidade distintiva entre as pré-dorso-alveolares e as ápico-alveolares. É o que se deduz de afirmações como as seguintes:

«Por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas a oposição entre os dois pares de fonemas continuava a manter-se, porque o seu ponto de articulação não era o mesmo. (...)

A existência dessas quatro unidades distintivas no português do início do século XVI não sofre dúvida. (...) Enfim, a *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536) contém uma descrição bastante precisa dos quatro fonemas e permite identificá-los.

Mas, por volta de 1550, confusões começam a aparecer nos textos entre cada uma das predorsodentais e a ápico-alveolar que lhe corresponde (...). Os gramáticos (por exemplo, Pêro de Magalhães de Gândavo na sua *Ortographia*, 1574) partem em guerra contra estas confusões.

Mas nada conseguem mudar. Em fins do século XVI o português comum reduziu a dois os quatro fonemas, e essa redução fez-se em favor dos predorsodentais (...)»[12].

O contraste entre a situação descrita pelo primeiro gramático da língua portuguesa e a que nos apresenta o ortógrafo em 1574 permitiu a Paul Teyssier apresentar uma interpretação do acontecer histórico da língua neste aspecto concreto do plano fónico. Parece-nos escassíssimo o distanciamento cronológico entre os dois textos para que, durante esse lapso de tempo, se tivesse desenvolvido e generalizado essa mudança linguística, tanto mais que Duarte Nunes de Leão refere, volvidos apenas 38 anos, que a confusão na ortografia, como sintoma ou indício da confusão «na pronuciação» afectava «a mais da gente, & não soo a vulgar»[13].

2.2. Um panorama bem diferente, no que à cronologia deste aspecto da diacronia fonético-fonológica do português diz respeito, é o que ressalta da análise grafémica de fontes textuais medievais a partir do século XIII, sobretudo dos chamados «documentos lingüísticos» e, muito particularmente, da documentação notarial privada, cujas coordenadas de tempo e espaço em que foi produzida são, em geral, conhecidas, o que permite atribuir grande precisão cronológica e diatópica aos materiais nela contidos. Distinta é a visão histórica, que, neste capítulo da mudança fonético-fonológico, nos oferecem os materiais textuais recolhids em documentação não-literária, correspondente a fases mais recuadas da diacronia da língua.

Efectivamente, na metade meridional em Portugal, a partir da segunda metade do século XIII, e não de maneira puramente ocasional, <ç> e <s-> ou <-ss-> por um lado, e <-z-> e <-s->, por outro, permutavam entre si, verificando-se por vezes, num mesmo documento, a coexistência de confusões de <ss> por <c> e de <ç> por <ss>. Aliás, já em 1907, Pedro de Azevedo, ao publicar os *Documentos portugueses do Mosteiro de Chellas*, chamou a atenção para intercâmbios grafémicos de <s-> e <ç-> ou <$c^{e,i}$> e <-s-> e <-z->[14]. Posteriormente, outros autores fizeram referência à existência, em documentos da zona meridional de Portugal, de grafias denunciadoras de confusões de sibilantes. Em 1961, Álvaro Galmés de Fuentes, na obra *Las sibilantes en la Romania*, alude a exemplos de confusões gráficas registadas em documentos do Sul do País[15]. A análise textual que de um número considerável de documentos meridionais fez Lindley Cintra em 1963 evidenciou alguns exemplos nos arredores de Lisboa e no Algarve

12 Paul Teyssier, *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, págs. 49-51.

13 Ver atrás, p...

14 Pedro de Azevedo, *Documentos portugueses do Mosteiro de Chellas*. In: Revista Lusitana, vol. XI, 1907, págs. 260-261.

15 Álvaro Galmés de Fuentes, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid, Editorial Gredos, 1961, pág. 105.

reveladores de uma utilização não totalmente discriminada das grafias <s-> e <c-> ou <c^{c.i}> ou de <-s-> e <-z->[16].

O percurso feito através dos documentos do mosteiro de Chelas publicados na colecção de «Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI» recentemente publicada[17], revela que nem sempre havia uma nítida separação no uso das grafias das sibilantes. Eis alguns exemplos: *conpoçisom*, *conpozisom* (num documento lavrado por um tabelião de Sintra em 1266); *Mez* (num documento lavrado por um tabelião de Sintra, de 1272); *espesíalmte* (Lisboa, 1294), *sussesores, ffassades, posciçom, peçoa, peçoas* (Lisboa, 1297); *prezença, mez* (Azambuja, 1298).

Paralelamente, também nalguns documentos em português constantes nos Livros de Registos da Chancelaria de D. Afonso III, exarados entre 1255 e 1279[18], vemos as grafias *suzo* 'suso' (Livro I, fol. 144r B, l. 31)[19] (*Sancta Crus*[20] (Livro I, fol. 144r A, l. 33, *çaquiteyro* («Pedro Martz çaquiteyro») (Livro I, 111r A, l.31)[21], *pertéésse* (l. 37), *pertéésser* (l. 37) 'pertencer', *enpéénser*, (Livro I, fol. 128r A, l. 41)[22], *Paes* 'Paez' (Livro I, fol. 160v A, l. 52); fol. 160 v B, ll. 5 e 7)[23].

Em virtude do carácter relativamente pouco frequente destas substituições gráficas em cada um dos documentos analisados, não é fácil esclarecer se, nessa época, havia falantes que tinham as predorsais já arreigadas na sua fala como articulação única ou se esses fonemas conviviam com os correspondentes ápico-alveolares. A escassa frequência desses deslizes gráficos parece permitir concluir que estamos no início de transformações fonéticas conducentes à neutralização das sibilantes predorsais e apicais. Do que não restam dúvidas é de que se tinha já iniciado, na metade meridional de Portugal, o impulso confundidor que haveria de conduzir à indistinção dos dois tipos de fonemas sibilantes. Os registos grafémicos acima apontados devem constituir testemunhos soltos de um fenómeno então incipiente.

O que é certo, porém, é que o comportamento escriturário dos autores dos textos até este momento referidos contrastam com o de alguns documentos meridionais do século XV conhecidos. Num documento algarvio, lavrado em Lagos em 1450, e publicado por José Joaquim Nunes como apêndice ao seu artigo sobre «dialectos» algarvios fluem em grande quantidade grafias confundidoras de <s> ou <ss> por <c> (cf. *serca*, *sima*, *asima*, *porsseda* 'proceda', *consselho*, *sincoenta*, *presso* 'preço', *adoesser*, *condessilios* (por *codicillos*), *posso* 'poço', *possinho* 'pocinho', *aconttesser* 'acontecer', *sabola* 'cebola', etc) e de <-z-> por <-s->

16 Luis F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1963, págs. 201-204.

17 Ana Maria Martins, *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

18 Baseamo-nos na edição de Luiz Fagundes Duarte, *Documentos em português da Chancelaria de D.Afonso III* (Edição). Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.

19 Idem, *op. cit.*, pág. 232.

20 Idem, *op. cit.*, pág. 228.

21 Idem, *op. cit.*, pág. 228.

22 Idem, *op. cit.*, págs. 214 e 215.

23 Idem, *op. cit.*, pág. 282. A forma *çaquiteyro* está em vez de *saquiteyro* que designava 'o que tem a seu cargo o pão cozido para a mesa do rei'. Tal como *saquetaria* 'o lugar, em que, antigamente se guardava o pão cozido para uso da casa real', é um derivado de SACCO. Informações colhidas em Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram* (...). Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza, vol. II, Porto – Lisboa, Livraria Civilização, 1984, s.u. *saquiteiro*, *çaquiteiro* e *saquetaria*.

(cf. *prezente, couza, pouzem, quizerem, caza, cazas, devizoens, guiza, despezas, camizas, pouzar, poderozo, despezas*, etc.)[24]. Em contraste com as grafias incorrectas relativamente dispersas registadas em textos do século XIII, no referido documento algarvio quatrocentista elas abundam de formas notória, parecendo ser o indício de que o fenómeno tinha já atingido um alto grau de generalização.

3. A falta de coincidência cronológica entre os indícios grafémicos de confusões entre as sibilantes predorsais /s/ e /z/ e as apicais /ṣ/ e /ẓ/ respectivamente registados em fontes documentais e o que se depreende dos comentários dos gramáticos e ortógrafos da tradição gramatical portuguesa —também eles nem sempre cronologicamente coincidentes entre si— não pode deixar de constituir um estímulo à reflexão e de conduzir à formulação de algumas interrogações e dúvidas cuja exacta resposta passará necessariamente pelo esclarecimento de questões várias de natureza teórica e metodológica.

Em primeiro lugar, pode questionar-se o que se entende por cronologia dos processos históricos de mudança, nomeadamente das mutações fonético-fonológicas e quais as dificuldades e problemas que o seu estabelecimento coloca ao historiador da língua. É óbvio que essa reflexão tem que articular-se intimamente com o problema da mudança idiomática e, particularmente, da mudança fónica, e com a complexa questão, incontornável para o historiador da língua, das relações entre o discurso oral e o discurso escrito.

Não pode hoje continuar a estabelecer-se uma cronologia linear e unidimensional, que se limite a um mero registo no tempo de mudanças já ocorridas, à semelhança do que se praticava na gramática histórica de feição neogramática, onde apenas havia lugar para substituições de formas no tempo[25]: aí, o estabelecimento da cronologia de um fenómeno histórico identificava-se com a fixação do limite inicial de uma inovação ou com a fixação do limite final do fenómeno antigo que foi abandonado na língua escrita. Por outras palavras, tratava-se de identificar a primeira abonação de um fenómeno de inovação ou a última de um fenómeno substituído por outro e que, portanto, desaparece, pelo menos da língua escrita. Saliente-se, contudo, que mesmo se pretende levar a bom termo o estabelecimento do limite inicial e final de uma mutação fonético-fonológica, essa tarefa encerra grandes dificuldades decorrentes da necessidade de determinação da fiabilidade filológica da documentação, quer no plano da sua transmissão textual, quer no plano das edições disponíveis.

Na nossa perspectiva, o tratamento da questão da cronologia de mudanças ocorridas em fases pretéritas tem que articular-se com o conhecimento do modo como se opera a mudança idiomática, dos seus reais mecanismos. Da reflexão teórica até este momento empreendida e da observação empírica de fenómenos de mudança em curso tomou-se consciência de que a mudança idiomática é um *processo* extremamente complexo, sendo particularmente demorada a sua difusão social, ou seja, a sua generalização na comunidade. Ao longo dessa fase deve determinar-se quando e como uma inovação individual se generalizou numa região ou quando alcança extensão geral em toda a comunidade, frequentemente, durante muito tempo, em convivência (individual e social) com as variantes mais antigas. Além disso, como de forma muito precisa foi salientado por Frago Gracia ao estudar o chamado reajuste fonológico do espanhol moderno, «la sistematización del cambio se habrá visto precedida talvez de alteraciones y confusiones fonéticas que a la postre la harían posible o la exigirían»[26].

24 Cf. José Joaquim Nunes, *Dialectos algarvios*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, págs. 260-264.

25 E. Coseriu, *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. Madrid, Editorial Gredos, 1978, págs. 243-259.

26 Juan A. Frago Gracia, *El reajuste fonológico del español moderno en su preciso contexto histórico: Sobre la evolución /?,?/ > /x/*. In: *Serta Philologica F. Lázaro Carreter. Natalem Diem Sexagesimum celebranti Dicata*, vol. I, Madrid, Cátedra, pág. 220.

A generalização da mudança na comunidade pode criar, em determinados momentos, situações de fragmentação diatópica, isto é, pode lavar a uma diferenciação regional dos usos, intervindo, a partir de determinada altura, o critério sócio-cultural da normatividade quando um fenómeno que servia de marca dialectal adquire dimensões sociolinguísticas[27].

Daí resulta que se se pretende explicar um fenómeno de mudança (fónica) em toda a sua complexidade e coerência histórica, devem ser levadas em consideração três dimensões coordenadas entre si: a dimensão cronológica, a dimensão sociológica da mudança (correspondente à sua generalização social) e a perspectiva geográfica do fenómeno. Perfila-se, desse modo, a necessidade e a oportunidade de, ao considerar a mudança idiomática, levar em conta a concepção da língua como diassistema, arquissistema ou língua histórica. Só conseguiremos dar conta da realidade histórica da língua e de cada um dos seus processos de mudança se considerarmos a língua como arquitectura[28], como um «edifício pluridimensional»[29]. Quando se pretende estabelecer a cronologia de um fenómeno de mutação fonológica não pode deixar-se de equacionar a relação da mudança linguística com o problema, crucial para a Linguística Histórica, das relações entre o «oral» e o «escrito», ou, melhor, da tensão entre o «oral» e o «escrito». Pertencendo a mudança fónica claramente à oralidade, à língua oral, poderemos questionar-nos sobre que tipos de traços se manifestam no código escrito e, ainda, quando e de que modo nele se reflectem. Essa reflexão conduz-nos necessariamente à necessidade de distinção entre mudança linguística e mudança textual, uma vez que os dois tipos de mudança não estão temporalmente sincronizados.

Antes da fixação da ortografia a partir do século XVI, os desvios grafémicos em relação aos usos tradicionais podem ser o reflexo de uma mudança fónica; esses desvios ocorrem com mais frequência em escribas ou notários semi-cultos do que nos mais cultos que exerciam a sua actividade escriturária no *scriptorium* régio ou nos *scriptoria* conventuais, onde actuava um modelo, tanto ao nível linguístico como ao nível das tradições gráficas.

O facto de não serem recuperáveis exemplares fidedignos da língua oral de fases pretéritas não permite confirmar de forma irrefutável a interpretação das grafias desviantes. Mas, desde que analisados com sentido crítico, os equívocos surgidos na prática escriturária de escribas e notários, sobretudo os que ocorrem em textos originais, oferecem uma evidência documental que não só não pode desprezar-se como pode ser valiosa.

Podem também contribuir para o conhecimento de fenómenos concretos de mudança os comentários de gramáticos que muitas vezes, de modo prescritivo, recomendavam o contrário de uma mudança já realizada. Não obstante a dificuldade de interpretação pelo exegeta actual da terminologia usada que muitas vezes era herdada da tradição gramatical grega e latina, não obstante, ainda, o espírito normativo ou o pendor mais descritivo que anima cada um desses textos de índole gramatical e ortográfica e, ainda, os postulados teóricos e as decisões práticas neles presentes, quer os seus autores se afirmem ora adeptos de uma orientação etimologizante ora obedecendo ao princípio de que deve «escrever-se como se fala», as observações, os comentários contidos em obras de carácter ortográfico ou gramatical, quando submetidos a uma

27 *Idem*, *Dialectologia e historia de la lengua*. In: Manuel Alvar (Director), *Manual de dialectología hispánica. El español de España*. Barcelona, Ariel, 1996, pág. 30.

28 Sobre o conceito de 'arquitectura', veja-se E. Coseriu, *Lecciones de lingüística general*. Madrid, Gredos, 1981, págs. 316-327; *Idem*, *Los conceptos de «dialecto», «nivel» e «estilo de lengua» y el sentido propio de la dialectología*. In: *Lingüística Española Actual*, vol. III, nº. 1 1981, págs. 21-22.

29 Expressão usada por Rolf Eberenz ao tratar do problema da periodização da história da língua espanhola no artigo *Castellano antiguo y español moderno: reflexiones sobre la periodización en la historia de la lengua*. In: *Revista de Filología Española*, 1991, 71/1-2, pág. 88.

cuidadosa análise crítica que permita interpretá-los correctamente, podem esclarecer aspectos obscuros aos quais o investigador do passado linguístico doutro modo não tem acesso.

Advogamos que esses textos podem despertar interessantes pistas de pesquisa, sobre a difusão social e geográfica dos fenómenos de inovação linguística e sobre a sua ascensão normativa. Nesse sentido, as atitudes que os gramáticos e ortografistas fornecem sobre fenómenos singulares de mudança são do maior alcance para o conhecimento do passado linguístico numa dimensão sociolinguística.

Sob o ponto de vista metodológico, impõe-se que esses dados sejam contrastados e complementados com dados de natureza documental[30].

Relativamente a alguns traços da diacronia da língua, a comparação entre o que os gramáticos asseveram e os dados que se obtêm através da análise dos textos saídos directamente das suas mãos é de grande relevância explicativa.

Para determinados fenómenos da mudança a métrica, a rima, a aliteração, a assonância e outros recursos poéticos podem contribuir para o esclarecimento da sua cronologia[31], quando submetidos a cuidadosa análise crítica e quando contrastados quando materiais de diferente proveniência textual.

Se partimos do princípio já atrás[32] enunciado de que, nos diferentes momentos do seu fluir histórico, a língua, cada língua, apresenta uma configuração complexa, ou «arquitectura», resultante da presença e da co-ocorrência de diferentes variedades internas, a cada uma das quais corresponde a sua estrutura, então o estudo da variação social e estilística da língua no passado presente nos textos correspondentes a diferentes géneros e tipos textuais pode fornecer informações essenciais para qualquer análise histórica —que se pretende o mais completa possível— de fenómenos de mutação linguística.

Ao terminar estas considerações de índole metodológica, impõe-se sublinhar que, embora deva dar-se prioridade à informação documental obtida através de textos notariais privados que, sob o ponto de vista da sua transmissão, nos chegaram através dos originais, todas as informações disponíveis obtidas da comparação de textos de diferente tipologia textual, ou os comentários de gramáticos, ortógrafos tratadistas, ou, ainda, os elementos do domínio da chamada «evidência poética»[33], ao serem complementares, em conjunto podem permitir obter uma «clara representação» de qualquer fenómeno de mudança linguística. A mesma conclusão é formulada por Bridget Drinka na conclusão do seu artigo referido no início desta comunicação:

> «Only by considering, in the most cautious and judicious manner possible, the entire array of available evidence can a fair representation of linguistic change be obtained»[34].

4. Após estas considerações de natureza teórico-metodológica, voltemos à história do sistema de sibilantes e, de modo particular, à questão da cronologia da mudança do sistema medieval de quatro fonemas fricativos sibilantes a um sistema de dois fonemas.

As observações feitas ao longo desta comunicação ajudam a compreender por que razão não coincidem as informações de Fernão de Oliveira com as Duarte Nunes de Leão e de Pero de Magalhães de Gândavo, contribuindo, ainda, para articular, com coerência histórica, os dados

30 Cf. Juan Antonio Frago Gracia, *Historia de las hablas andaluzas*. Madrid, Arco/Libros, S.L. 1933, págs. 18-19.
31 Bridget Drinka, *op. cit.*, pág. 107.
32 Veja-se acima pág...
33 Bridget Drinka, *op. cit.*, pág. 116-117.
34 Bridget Drinka, *op. cit.*, pág. 127.

textuais recolhidos da documentação não literária e atrás apresentados com as informações dos gramáticos e ortógrafos referidos.

Apoiando-nos nos dados textuais não temos dúvida de que, pelo menos a partir da segunda metade do século XIII, na área meridional de Portugal, os falantes tinham começado a não estabelecer a distinção entre sibilantes predorsais e apicais e que, ao chegar ao século XV, a língua oral do Sul do País deveria apresentar em estado muito avançado o processo de neutralização fonológica dos dois tipos de fonemas. A partir da zona meridional, a mudança fonético-fonológica difunde-se geográfica e socialmente. No entanto, os trinta e tantos anos que medeiam entre os textos de carácter gramatical de Fernão de Oliveira e de Duarte Nunes de Leão e Pero de Magalhães de Gândavo não parecem suficientes para explicar a diferença de informação que nos proporcionam e a explicação aduzida por Paul Teyssier. A falta de coincidência entre a descrição fornecida pelo primeiro gramático da língua portuguesa e os comentários apresentados pelos ortógrafos nos seus compêndios de ortografia pode dever-se à perspectiva mais descritiva do primeiro em relação à orientação mais prescritiva dos segundos e, ainda, ao facto de fazerem referência a diferentes «variedades» da arquitectura da língua, a língua comum ou o português exemplar em Fernão de Oliveira, ou, nos segundos, a observação do uso linguístico dos falantes. O certo, porém, é que um quarto de século antes de terminar o século XVI, «a mais da gente, & não soo a vulgar»[35] confundia a grafia dos fonemas predorsais e apicais como consequência da indistinção na pronúncia. Com esta opinião é concordante o testemunho de Pero Magalhães de Gândavo que informa que «os mais dos Portugueses saõ muy estragados & viciosos» e «corrompem a verdadeira pronunciação», exemplificando em primeiro lugar com as confusões que se verificam no domínio das sibilantes.

Não obstante a grande frequência do fenómeno, em finais do século XVI a não distinção entre as sibilantes predorsais e as apicais era ainda condenada pelos gramáticos como um vício de linguagem. A análise a empreender das atitudes dos gramáticos e ortografistas subsequentes fornecerão a chave para acompanhar o processo de ascensão normativa do novo sistema de sibilantes com apenas dois fonemas predorsais. A mudança do gosto linguístico, que se traduz em mudança na norma, pode captar-se através dos juízos avaliativos —a passagem de juízos negativos a juízos positivos— que sobre a mutação fónica em apreço fizeram os gramáticos e ortógrafos dos séculos seguintes. Isso será tema de estudo para outra ocasião.

35 Veja-se, atrás, pág.